



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 064/065/066

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Duílio Genari
PT .....	Elton Carlos Welter
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Ratinho Júnior
PSB .....	Dr. Luciano Ducci

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**Ato da Presidência:****ATO DO PRESIDENTE Nº 11/2004**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A :**

Constituída a Comissão Parlamentar Especial (CEI) conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 23 de junho de 2004, de autoria dos Deputados Nelson Justus, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Ademar Traiano, Elio Rusch e Reni Pereira, composta por 7 (sete) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar as freqüentes denúncias de irregularidades que vêm sendo praticadas por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e demais Organizações Não Governamentais - ONG's, em todo o território deste Estado.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.06.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 004ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
29 DE JUNHO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Nelsinho Dal Santos.

Às onze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite.

(52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Chico Noroeste e Renato Gaúcho (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes da leitura da Ata, vamos votar o Requerimento nº 1235, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Requerimento nº 1236, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 30 do corrente mês, para logo após o término da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. 2º SECRETÁRIO

(Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações).

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 1237**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 725/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995 (Lei Florestal). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 725/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o *caput* e acrescidos parágrafos e incisos ao artigo 7º, da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995, que dispõe sobre a Lei Florestal do Estado:

“Art. 7º - As florestas e demais formas nativas de vegetação consideradas reserva legal devem representar, em uma ou várias parcelas, localizadas na propriedade ou áreas da mesma região administrativa e região litorânea, um mínimo de 20% da propriedade rural, visando a manutenção de tecido florestal a nível de propriedade e ficando seu uso permitido somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade, respeitando os interesses do proprietário rural, podendo ser conforme o interesse do proprietário rural, em condomínios florestais privados ou públicos.

§ 1º - Caberá ao Governo do Estado implementar os condomínios florestais públicos, em ordem de prioridade:

I - em áreas de baixa aptidão agrícola que se encontrem degradadas, para fins de recomposição ambiental;

II - em áreas extensivas de grande importância ecológica;

III - em remanescentes de vegetação nativa necessários à conexão das áreas de grande importância ecológica.

§ 2º - Poderão os proprietários de áreas florestais de grande importância ecológica constituir condomínios florestais privados.

§ 3º - Os condomínios florestais públicos ou privados serão divididos em cotas de Reserva Florestal Legal, que serão vendidas aos interessados em averbar reservas florestais legais nestes condomínios.

§ 4º - A recomposição poderá ser realizada mediante o plantio temporário de espécies exóticas como pioneiras, visando a reatuação do ecossistema original”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 145/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI, com sede no Município de São Jorge do Patrocínio e Foro na Comarca de Altônia-PR. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 145/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Jorge do Patrocínio, com sede no Município de São Jorge do Patrocínio e foro no Município de Altônia.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 156/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Matinhos, com sede em Matinhos e foro em Guaratuba-PR. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 156/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Matinhos - APAGMM, com sede no Município de Matinhos e foro no Município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 213/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Ouro Fino, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, sito a Rua das Safiras, 25 - Jardim Ouro Fino. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 213/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Ouro Fino, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2004, que objetiva autorização para aumento do Capital Social da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. EMENDA. Aprovada. COM VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO ELIO RUSCH.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o pagamento do Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, criado pela Lei nº 8.927, de 28.12.88, alterada pela Lei nº 10.064, de 17.07.92, com precatórios de natureza alimentícia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004, (Programa Bom Emprego). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Existe uma emenda de Plenário.

Como existe uma solicitação anterior, um requerimento pedindo para transformar em Comissão Geral, designo o Deputado Braddock para relatar a referida emenda.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 206/2004

Fica incluído parágrafo único ao artigo 4º do Projeto de Lei nº 206/2004, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A inscrição em dívida ativa, referida neste artigo destinada a viabilizar a compreensão dos créditos tributários com precatórios do Estado do Paraná, não implica cancelamento em relação ao sujeito passivo dos programas indicados no artigo 1º da presente lei".

Sala das Comissões, em 29.06.2004.

(aa) NATÁLIO STICA, CARLOS SIMÕES, VANDERLEI IENSEN, AILTON ARAÚJO e ANTONIO ANIBELLI.

#### O SR. DELEGADO BRADOCK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Depurados:

(Lê):

#### "PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 206/2004

O projeto de lei em análise tem por objetivo corrigir as consequências do veto parcial aposto pelo Sr. Governador ao Projeto de Lei nº 061/2004, transformando na Lei 14.363, de 28 de abril de 2004.

O veto foi decorrente de fato de que o artigo 3º autorizava a compensação com precatório de créditos tributários ainda não inscritos em Dívida Ativa, situação de ordem financeira e orçamentária que uma medida desta natureza acarretaria às contas públicas do Estado. Compensar créditos tributários não inscrito implicaria no fato de ter o Tesouro Estadual que desembolsar recursos para cobrir todas as vinculações constitucionais das receitas de natureza tributária compensadas nessa circunstância, recursos que o Erário, obviamente, não dispõe.

O texto do Projeto de Lei 206/2004 contorna o problema de forma que, se o interessado pretender quitar seus débitos via compensação com precatórios, o crédito tributário terá de ser previamente inscrito em Dívida Ativa do Estado, desobrigando o Tesouro de pagar as vinculações referidas.

Chamado este Plenário a manifestar-se na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável à emenda de Plenário.

Curitiba, 29 de junho de 2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

Relator"

Parecer favorável ao projeto e nada obsta a sua constitucionalidade.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito a V. Exa. também para relatar a emenda.

#### O SR. DELEGADO BRADOCK

Já aprovei e fiz o relatório junto da emenda. Sr. Presidente, com parecer favorável.

Sr. Presidente, eu relatei a emenda e já fiz a exposição.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu agradeço a V. Exa.

Está em votação o parecer do nobre Deputado Delegado Mário Braddock.

Os Deputados que aprovam o parecer, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em votação o projeto, ressalvada a Emenda de Plenário.

Os Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a Emenda de Plenário.

Os Deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. **Aprovada.**

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga dis-

positivos da Lei nº 12.355, de 08.12.98, que autorizou o Poder Executivo a implementar Reestruturação Societária da COPEL, alienar, dar caução ou oferecer em garantias ações do Estado no Capital daquela companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamento ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S/A. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/2004, de 23.03.2004).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 75/2004**

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 75/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga dispositivo da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autorizou o Poder Executivo a implementar reestruturação societária da COPEL, alienar, dar caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar com operações de crédito, financiamento ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S/A.

**Fundamentação**

O projeto de lei não apresenta óbice de natureza constitucional ou legal, tratando-se apenas de revogação de texto legal.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 075/2004**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 075/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por designio revogar dispositivos da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autorizou o Poder Executivo a implementar reestruturação societária da COPEL, alienar, dar caução ou oferecer em garantias ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S/A. Deve-se aclarar que o projeto de lei encontra-se formalmente em consonância com os quesitos regimental e legalmente exigidos. Nesta seara, respeitando-se a alçada desta Comissão Permanente, deve-se sopesar sobre a viabilidade financeira do projeto de lei.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste

instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 29.06.2004.

(a) MARCOS ISFER

Presidente e Relator

Em um entendimento entre as Lideranças do Governo e da Oposição, não teremos paralisação para o almoço.

Acredito que às 13h30, 14h00, tenhamos realizado todas as Sessões.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1237, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

**ORDEM DO DIA.**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 076/2004, 167/2004 e 206/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/2004.

Informo que, conforme requerimento de autoria do Deputado Barbosa Neto, será antecipada para hoje, a Sessão Ordinária de amanhã, dia 30 de junho.

Levanta-se a Sessão.

**Ata de CPI.**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**  
**DAS UNIVERSIDADES**  
**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, no Auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (plenary) da Assembléia Legislativa do Paraná, sob a presidência do Deputado Delegado Bradock, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades, com a presença dos seguintes Deputados: Neivo Beraldin, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães e Artagão Júnior. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o Sr. Presidente solicitou aos Sr. Darci Santos, Gabriel Inácio Kravchychyn, Nadir Laidane, Ítalo Grande e Roberto Frederico Merhy, que se dirigissem ao lugar destinado aos depoentes e fizessem a leitura do termo de compromisso. O advogado do professor Nadir Laidane solicita a palavra ao Sr. Presidente para manifestar-se no sentido de que fosse permitido aos advogados levantar questão de ordem, citando dispositivo legal.

Em seguida os depoentes passaram a ser acareados. A íntegra das perguntas dos Srs. Deputados e as respostas dos acareados, constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente Deputado Delegado Bradock, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais Srs. Deputados membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

## Ata de Comissão:

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 15ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e quatro, no plenário da Assembléia, às 09h30, foi realizada Audiência Pública para discussão sobre os contratos temporários dos professores e funcionários das Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Tadeu Veneri. Contando com a presença dos Srs. Deputados Barbosa Neto, membro desta Comissão, Padre Paulo Campos e Luciana Rafagnin, e também, do Presidente da APP Sindicato, Professor José Lemos, do Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, Ricardo Bezerra, da Promotora de Justiça do Ministério Público Estadual, Dra. Hermínia Durigan, da Inspeção da 6ª Inspeção de Controle Externo e da Assessoria Jurídica da Diretoria de Contas Municipais do Tribunal de Contas, Dra. Desirée Vidal e Dra. Rita de Cássia, respectivamente, dos Procuradores do Ministério Público do Trabalho, Dr. Luiz Camargo Bigarelli e Dr. Inajá Vanderley Silvestre dos Santos. O Sr. Presidente deu início à sessão, comentando sobre o objetivo desta Audiência e justificando antecipadamente a breve ausência para participar da reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Na sequência, os participantes da mesa fizeram suas saudações. O Sr. Presidente passou a palavra ao Professor José Lemos, que esclareceu a situação atual, em números, dos trabalhadores da educação com contratos temporários, sendo estes regidos pela CLT ou pelo Processo Simplificado de Seleção (PSS) trabalhadores estes com os salários disciplinados ao Decreto nº 2947 que determina que o valor do repouso semanal remunerado já está incluído no vencimento. Portanto, solicita revisão do Governo do Estado ao Decreto mencionado. Solicita também, apoio das autoridades competentes para que os Decretos nºs 6914/90 e 7273/91 que determinam que não se deve repor um professor, com contrato temporário em caso de licença, sejam regulamentados. Logo após, o Sr. Ricardo Bezerra fez sua colocação quanto ao respeito e responsabilidade que a Secretaria de Estado da Educação tem procurado demonstrar à classe. Esclarece que os contratos temporários foram firmados no Governo anterior, e

que este Governo está buscando resolver a situação. Foram liberadas, através da Secretaria da Educação, com a autorização do Governo do Estado, vagas para que os professores com contratos temporários possam integrar o Quadro Permanente de Professores. Objetiva também, terminar com o Paraná-Educação respeitando os contratos estabelecidos por essas. Os contratos temporários ocorrerão eventualmente dentro do que prevê a legislação. A Secretaria da Educação coloca-se à disposição. O Deputado Padre Paulo Campos justifica a ausência dos Deputados Tadeu Veneri e Barbosa Neto, passando a presidir esta audiência. Na sequência, com a palavra a Dra. Rita de Cássia, que em substituição à Dra. Desirée Vidal, fez sua explanação quanto à auditoria realizada pela 6ª Inspeção de Controle Externo junto à Secretaria da Educação em que se determinou que os contratos temporários sejam extintos até o final do exercício de 2004. O Tribunal de Contas coloca-se à disposição, sugerindo que a comunidade seja fiscal para o cumprimento da realização do concurso público e do cumprimento da decisão deste Tribunal. Na sequência, com a palavra a Dra. Hermínia Durigan, que propõe encaminhamento à Secretaria de Estado da Educação, Secretário Maurício Requião, ao Presidente do Tribunal de Contas, Heins Georg Herwig, ao Procurador Geral do Estado, Milton Riquelme, aos procuradores do Ministério Público do Trabalho, Luiz Renato Camargo Bigarelli e Inajá Vanderley Silvestre dos Santos e ao Presidente da APP Sindicato, José Lemos, de que o Estado firme o compromisso de que irá cumprir a decisão do Tribunal de Contas, e que esta Comissão, juntamente com o Ministério Público Estadual, APP Sindicato e Tribunal de Contas acompanhe e verifique em que percentual está sendo cumprido a transição do contrato temporário para o Quadro Permanente para que até dezembro deste ano todos os contratos temporários sejam finalizados. Submetida esta proposta à apreciação da mesa. APROVADO. Em seguida, o Dr. Inajá dos Santos esclareceu a necessidade do compromisso do Estado em convocar os aprovados no concurso público e se necessário realizar novos concursos. Lembra também que o período eleitoral somente é proibitivo a partir de julho deste ano para contratações, mas que pode ser efetuado concurso público para que a partir de janeiro do próximo ano não haja prejuízo ao ano letivo, tendo em vista a possível contratação dos aprovados nestes concursos. O Sr. Ricardo Bezerra confirmou que os concursos continuarão conforme permite a legislação, e que até o final de julho o Estado contratará mais de dois mil professores. O Sr. Presidente destinou espaço para que fossem realizadas perguntas ou sugestões pelos senhores presentes nesta audiência. Para encerrar, o Sr. Presidente fez a leitura da proposta elaborada pelo Ministério Público, que foi submetida à apreciação da mesa. Aprovado, conforme consta em gravação em fitas cassetes, fazendo parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 005ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
29 DE JUNHO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Felipe Lucas e Barbosa Neto.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Chico Noroeste e Renato Gaúcho (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Quero fazer uma ressalva, porque falei que a próxima Sessão seria Ordinária, mas é Extraordinária. Nós só realizamos uma Sessão Extraordinária.

Posteriormente, faremos uma Sessão Ordinária, que é a antecipação da Sessão de amanhã para hoje.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 1238

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 03/2004, que objetiva autorização para aumento do capital social da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda, com voto contrário do Sr. Deputado Elio Rusch e da Bancada das Oposições.**

**ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o pagamento do Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, criado pela Lei nº 8.927, de 28.12.88, alterada pela Lei nº 10.064, de 17.07.92, com precatórios de natureza alimentícia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.**

**ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004. (Programa Bom Emprego). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**



**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 75/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga dispositivos da Lei nº 12.355, de 08.12.98, que autorizou o Poder Executivo a implementar reestruturação societária da COPEL, alienar, dar caução ou oferecer em garantias ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamento ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S.A. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1238, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para logo após a presente, com a seguinte

**ORDEM DO DIA**

**REDAÇÃO FINAL** - dos Projetos de Lei nºs 076, 206 e 207/2004.

Levanta-se a Sessão.

**Atos da Diretoria Geral:****PORTARIA Nº 36/2004**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4289, datado de 14 de junho de 2004, deste Poder.

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ROSA MEIRE F. TEIXEIRA, matrícula nº 40046, de quarenta e cinco (45) dias, a partir de 07 de junho de 2004, término 22 de julho de 2004, CID.10D.25.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.06.2004.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 37/2004**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 40479, datado de 07 de junho de 2004, deste Poder.

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, SILVIA HIGENBERG, matrícula nº 40479, de (quinze) dias, a partir de 08 de junho de 2004, término 22 de junho de 2004, CID.10N60-2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de junho de 2004.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
29 DE JUNHO DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Duílio Genari e Barbosa Neto.

Às doze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Chico Noroeste e Renato Gaúcho (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

que, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, antecipa a Sessão do dia 30 para hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)**

Apenas para registrar, Sr. Presidente, que recebemos telefonema do Dr. Milton Riquelme, do Ministério Público, agradecendo à Assembléia Legislativa por ter tomado a iniciativa de aprovar uma moção de apoio aos Ministérios Público Estadual e Federal, no que diz respeito à votação que será feita no STF, e que hoje está em discussão a continuidade ou não da condição do Ministério Público fazer as investigações.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Ficam registrados nos Anais desta Casa os agradecimentos do Ministério Público.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

**REQUERIMENTO Nº 1234**

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário-Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, para informar quais os Municípios que foram contemplados com as ambulâncias entregues no dia de ontem; que critérios foram adotados para sua distribuição; qual o processo utilizado para sua aquisição e qual a empresa fornecedora e o custo total e unitário dos veículos.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(aa) DURVAL AMARAL

ELIO RUSCH

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 076/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 03/2004, que objetiva a autorização para aumento do capital social da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, conforme especifica. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 076/2004**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a realizar operação de aumento de capital social na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante conversão em capital próprio dos saldos de créditos para futuro aumento de capital de que é titular o Estado do Paraná, havidos até 31 de dezembro de

2003 nos registros contábeis da Companhia, observados os seguintes termos:

I - o aumento de capital ora autorizado terá como valor máximo a cifra de R\$ 397.382.886,79 (trezentos e noventa e sete milhões, trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, setenta e nove centavos);

II - a subscrição deverá ocorrer com a emissão de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal;

III - o preço de emissão das ações para efeito do aumento de capital ora autorizado será de R\$ 1,95 (um real, noventa e cinco centavos).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.2004.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 206/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004 (Programa Bom Emprego). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 206/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004, acrescentando artigos 3º e 4º e parágrafo único e renumerando o seu artigo 4º, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Para quitação, total ou parcial, dos valores postergados ou parcelados, poderá o contribuinte utilizar crédito acumulado do próprio estabelecimento ou recebido de terceiros.

Art. 4º - Para fins de quitação dos valores devidos, através da compensação com precatórios do Estado do Paraná, o crédito tributário poderá ser inserido na dívida ativa sem retroação da multa e dos juros de mora, de que trata o artigo 1º desta lei.

Parágrafo Único - A inscrição em dívida ativa, referida neste artigo, destinada a viabilizar a compensação dos créditos tributários com precatórios do Estado do Paraná, não implica cancelamento em relação ao sujeito passivo dos programas indicados no artigo 1º da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

## ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 207/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da Administração Indireta do Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 207/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica permitida a ampliação de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da Administração Indireta do Estado, desde que conservadas as condições originais, e não ultrapasse a 100% (cem por cento) do objeto do contrato originário.

§ 1º - Poderão ser beneficiados com a ampliação contratual os concessionários e arrendatários.

§ 2º - Há necessidade de um procedimento à alteração contratual, composto de estudos técnico e jurídico reveladores da inviabilidade de competição, para o acréscimo proposto.

§ 3º - A alteração de que trata esta lei, deve ser registrada por adiamento ao contrato original, após parecer e informação que afirmem pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, bem como apontem vantagem para a Administração Pública.

Art. 2º - Os aditivos contratuais deverão conter:

I - cronogramas físico-financeiros da execução das obras vinculadas à concessão;

II - conter a garantia do fiel cumprimento pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas, à concessão ou arrendamento.

Art. 3º - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua sua responsabilidade.

§ 1º - Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

§ 2º - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.

§ 3º - Os bens móveis ou imóveis adquiridos para os serviços de concessão deverão reverter ao patrimônio público.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se, inclusive, às decisões havidas até 360 (trezentos e sessenta) dias anteriores à sua vigência.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1234, de autoria dos Deputados Durval Amaral e Elio Rusch, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o teor do requerimento - só para ficar registrado, porque não me recordo bem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Deputado Duílio Genari que faça a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Duílio Genari**)  
(**Procede à leitura do requerimento**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado nos anais o requerimento de V. Exa.

Pela ordem, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Nós temos ainda duas ou três Sessões?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, essa será a última; nós votamos toda a matéria já.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

De repente, o Deputado Nereu Moura, que pediu para discutir o requerimento, não conhecia o teor do requerimento e, já que o Deputado Duílio Genari fez a leitura, ele pudesse retirar exatamente essa questão para discutir, já que as ambulâncias foram todas distribuídas.

Nós tivemos recentemente a presença do Chefe da Casa Civil, que fez os últimos acertos.

Em relação à distribuição das ambulâncias, poderia ser votada. O Governo tem mais prazo, já que nós estamos no recesso do mês de julho, e no mês de agosto posamos receber então essas informações e mostrar ao Paraná, que as ambulâncias foram distribuídas com critérios técnicos, com justiça social, de acordo com a necessidade de cada município.

Eu não vejo o porquê o Deputado Nereu Moura pedir para que o requerimento seja discutido.

Talvez o Líder do Governo possa convencer o seu liderado e possa retirar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Evidentemente não vou fazer a retirada, mas posso garantir ao Deputado Elio Rusch, que eu mesmo trarei a listagem dos Municípios onde forem entregues. Os critérios não precisa dizer, claro, é a situação de penúria que estão os municípios do Paraná, porque tivemos 8 anos de necessidade de investimentos na saúde. Alguns municípios sem ambulância, outros com ambulância na oficina. Então o critério era a necessidade de ambulância. Aonde foi a prioridade, esse foi o critério de distribuição dado pela Secretaria da Saúde.

Portanto, eu mesmo encarregar-me-ei de dar a relação, por escrito, do resultado das ambulâncias. O critério, claro, foi o melhor possível para atender o Estado do Paraná, de acordo com as necessidades dos Municípios.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, o encaminhamento do Líder do Governo me convenceu completamente; não tenho a que me opor e apoio o seu posicionamento.

Reconheço aqui que o seu encaminhamento não há o que duvidar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrado o primeiro período das Sessões Ordinárias, da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura.

Convoco os Srs. Deputados para a Sessão Extraordinária, dia 02 de agosto do corrente ano, à hora regimental para o 2º período de Sessões Ordinárias.

Quero também participar os Srs. Parlamentares que no dia 03 de agosto, teremos uma Sessão Solene para comemorar o Sesquicentenário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Levanta-se a Sessão.

### Ato da Comissão Executiva:

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 126/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3171, de 11 de maio de 2004, deste Poder,

#### R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, DOROTI WOLMER LINHARES, matrícula 088, funcionária do Quadro de

Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenação da Taquigrafia, a partir de 02 de maio de 2004.

II - exonerar, a pedido, MARIA ELISA REBELLO BORGES, matrícula nº 606, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Sub-Coordenadora, da Coordenação da Taquigrafia, a partir de 02 de maio de 2004.

III - prover MARIA ELISA REBELLO BORGES, matrícula nº 606, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenação da Taquigrafia, a partir de 02 de maio de 2004.

IV - prover, MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHAES, matrícula nº 11, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Sub-Coordenadora da Coordenação de Taquigrafia, a partir de 02 de maio de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.05.2004

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 145/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 983/2003, datado de 17 de fevereiro de 2003, deste Poder,

#### R E S O L V E :

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de LUIZ LIMA, matrícula nº 504, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Casa, aposentado conforme Acórdão nº 1956/2004, do Tribunal de Contas do Estado, no cargo de Procurador NU-1, 3ª Classe, nos termos do artigo 40, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1.041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", de 21.06.2004

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 146/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3281, de 12 de maio de 2004, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder à KATIA MARIA TRINKEL BRUNETTI, matrícula nº 217, ocupante do cargo de Taquígrafo Revisor "A" nível TQ-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, de acordo com o artigo 247, da Lei nº 6.174, seis (06) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o decênio compreendido entre 01 de janeiro de 1993 e 01 de janeiro de 2003. O período da licença deverá ser marcado pelo requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu supervisor, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único da Lei retro mencionada.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.06.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 147/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3462/2004, de 19 de maio de 2004, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder à JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, matrícula nº 102, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo "A" - NT -2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do parágrafo 19, do artigo 40, da Constituição Federal estabelecida pelo artigo 1º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a partir da data de sua opção, abono de permanência em serviço equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, por ter optado em permanecer em atividade até completar os requisitos para sua aposentadoria compulsória.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.06.2004. (aa)

HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 148/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3463/2004, de 19 de maio de 2004, deste Poder,

#### R E S O L V E :

Conceder à HELENA REGINA STEPHAN MORO, matrícula nº 76, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupante do cargo de Procurador NU-1, 1ª Classe, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do parágrafo 19, do artigo 40, da Constituição Federal estabelecida pelo artigo 1º, da

Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19 de dezembro de 2003, a partir da data da opção.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.06.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO- Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 149/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e reexaminando o que consta dos protocolados tombados sob os nºs 9.903/2003 a 9.912/2003, todos datados de 27 de novembro de 2003, deste Poder Legislativo

R E S O L V E :

INDEFERIR os requerimento formulados pelos requerentes SÉRGIO ZACARIAS, JOSÉ SUPPLY DE

LACERDA, SÉRGIO VALÉRIO ANTONUCCI, MARIA JOSÉ TÁVORA GIL BELÉM, WALTER JOSÉ PEIXER, JANET DA SILVA SANTOS, SYLVIO SEBASTIANI, CARLOS AUGUSTO FERNANDES, OSVALDO FARIA e LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, respectivamente, solicitando "imediata revisão dos seus proventos de aposentadoria" - com referência a reajustes percentuais da gratificação de representação, em virtude das pretensões haverem sido alcançadas pela prescrição na esfera administrativa, face ao disposto no artigo 265, da Lei Estadual nº 6.174/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.06.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA- 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário